PARLAMENTO NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Gabinete do Presidente

INTERVENÇÃO DE S.EXA O PRESIDENTE DO PARLAMENTO NACIONAL

ARÃO NOÉ DE JESUS DA COSTA AMARAL

Por ocasião da abertura da I Sessão Legislativa

17 DE SETEMBRO DE 2018

Sua Excelência Senhor Presidente da República,

Sua Excelência Senhor Primeiro-Ministro,

Sua Excelência o Presidente do Tribunal de Recurso,

Senhores Membros do Governo,

Suas Excelências ex-Titulares dos Órgãos de Soberania,

Exmo. Senhor Chefe do Estado Maior General das FALINTIL-FDTL,

Exmo. Senhor Comandante da Polícia Nacional de Timor-Leste

Reverendíssimos Bispos das Dioceses de Díli, Baucau e Maliana,

Exmos. Senhores Representantes das Confissões Religiosas

Exmos. Senhores Representantes da Sociedade Civil

Exmos. Senhores Deputados,

Minhas Senhores e meus Senhores,

Começo por saudar e agradecer a Sua Excelência o Presidente da República de Timor-Leste, o Dr. Francisco Guterres "Lu-Olu", por ter aceite o convite para participar nesta sessão solene e por dirigir uma

mensagem ao nosso Parlamento. A presença do Senhor Presidente é um sinal importante que demonstra abertura e boa relação entre os órgãos de soberania.

Saúdo também todos os presentes e sobretudo congratulo-me -me por a abertura da sessão legislativa marcar solenemente um regresso à normalização institucional.

É nosso dever enquanto políticos, e sobretudo enquanto destinatários da confiança dos cidadãos, de procurar conduzir os destinos do país tendo como principal objectivo o cumprimento das expectativas do Povo.

O último ano foi muito difícil para a nossa população. A economia que, num país como Timor-Leste depende essencialmente do investimento do Estado, esteve praticamente parada, com consequências pesadas para as empresas e famílias timorenses.

Na sequência do resultado das eleições antecipadas, com a constituição do novo Parlamento e o início da V Legislatura e a formação de VIII Governo Constitucional o país está novamente preparado para abraçar o desafio do futuro.

Estou confiante que esta situação já se resolveu e que os principais órgãos de soberania do país estão concentrados em colocar de novo Timor-Leste na rota do desenvolvimento, devolvendo aos cidadãos esperança e oportunidades concretas de melhorar a sua vida e das suas famílias.

O dinamismo político é importante, sobretudo numa nação jovem e vibrante como a nossa, mas não deve em caso algum, transformar-se num exercício fechado, colocando em causa os interesses dos cidadãos.

Nunca é demais lembrar o artigo segundo da nossa Constituição em que, com muita clareza se diz que "A soberania reside no Povo, que a exerce nos termos da Constituição".

É com o Povo e pelo Povo que nós políticos devemos nortear a nossa acção.

Senhor Presidente da República,
Senhoras e Senhores Deputados,

A expectativa que alenta a esperança dos nossos cidadãos na concretização dos programas políticos sobre os quais votaram, constrói-se através do direito e da aprovação de actos legislativos que permitem ao Governo trabalhar e desenvolver o país.

Entre os vários instrumentos políticos e legislativos destaco, naturalmente, o Programa de Governo, onde o Governo inscreve o que pretende fazer no seu mandato e, através do qual, celebra um contrato de confiança com os representantes do Povo, ou seja, connosco, com os deputados.

E, obviamente, o Orçamento Geral do Estado, onde se inscrevem as previsões de despesas anuais que concretizam as políticas anunciadas no programa do Governo. Sem estes dois instrumentos não é possível assegurar um funcionamento normal do Estado.

Felizmente, nesta ainda curta legislatura que se iniciou em Junho passado, já debatemos com sucesso o Programa de Governo, já autorizamos, nos termos da lei, o levantamento extraordinário de 140 milhões de USD do Fundo Petrolífero e debatemos e aprovámos o Orçamento Geral do Estado para 2018, procurando resgatar o país da

subordinação imposta pelo regime de duodécimos que, pelas suas características, impede o desenvolvimento normal do país.

É através deste sistema, estabelecido de acordo com os princípios e regras do Estado de Direito, que se desenvolve o país. É fundamental seguir as regras estabelecidas na Constituição e na lei, às quais todos, sejamos quem formos, estamos sujeitos. Como manda a nossa Constituição quando diz que "O Estado subordina-se à Constituição e às Leis", ou seja, estamos sujeitos ao que a boa doutrina define como o "Império da Lei".

O Direito é para cumprir e para fazer cumprir. É a medida da nossa liberdade de acção.

E, é este o caminho que asseguro que o Parlamento trilhará durante o meu mandato. É nossa obrigação garantir o exigente exercício que a Constituição nos impõe de usar as nossas atribuições e poderes de acordo com o princípio do Estado de Direito e com os limites e interdependências do Princípio da Separação de Poderes. Cada órgão de soberania tem que compreender bem a missão que a Constituição lhe atribui e, dentro dos seus limites, exercer as suas atribuições. Só assim o Estado poderá cumprir com a sua missão.

É este o desafio que lanço a todos nós. Que nunca nos esqueçamos que estamos aqui para servir e cumprir os sonhos do nosso querido Povo timorense.

Senhor Presidente da República,
Senhoras e Senhores Deputados,

Não posso também deixar de relembrar o caminho que já percorremos. Por vezes, imbuídos da dinâmica da política interna, não vemos com clareza as notáveis conquistas democráticas de Timor-Leste nestes curtos 16 anos de Independência. Torna-se importante encorajar e promover estas concretizações, sobretudo norteadas pelos princípios democráticos.

O mundo tem-se deparado com uma "profunda crise de confiança" na liderança institucional e tradicional, que está a induzir uma erosão nos valores fundamentais de direitos humanos, na liberdade civil e na qualidade da democracia, conduzindo a um aumento do populismo e do extremismo. Importa percebermos que a democracia não deve ser tomada como garantida. É fundamental provar que a democracia se afirme como um sistema legitimo aos olhos dos cidadãos e que,

efectivamente, resolva com sucesso as desigualdades e a pobreza. Sem progresso social, os resultados do desenvolvimento são corroídos, o que poderá conduzir a uma quebra de confiança entre os cidadãos e o Estado. Há que provar que a democracia e os valores democráticos valem a pena e que resolvem as expectativas dos cidadãos.

Cientes da importância deste tema, aproveito para informar que o Parlamento Nacional está a organizar uma Conferência Internacional para Celebrar a Democracia no próximo dia 3 de Outubro. Nesta conferência falaremos das conquistas democráticas de Timor-Leste, do impacto das redes sociais nas democracias contemporâneas, do fundamental papel das mulheres na democracia, mas também das enormes preocupações com o aumento do populismo em determinadas regiões do mundo, com grupos de cidadãos marginalizados a questionarem o futuro e os princípios e as instituições democráticas.

Como instituição central na defesa e na promoção da democracia e do Estado de Direito, o Parlamento Nacional procura desenvolver novas formas de debate e de proximidade com os cidadãos. No mundo globalizado e com exigências de acesso à comunicação e munido dos deveres de transparência, o Parlamento Nacional pretende iniciar um processo de abertura e transparência verdadeiramente inovador. Refiro-

me a um programa novo que em breve será debatido no Parlamento Nacional que se chama "*Lian Povo*". É um programa de abertura à sociedade civil que é composto por três iniciativas: o debate do Cidadão, o Orçamento Participativo e o Direito de Petição. Com este programa, que dinamizará um diálogo directo e aberto com os cidadãos, procuraremos tornar o Parlamento mais próximo das pessoas e das suas preocupações.

É fundamental desenvolver o conceito de uma nova democracia de proximidade. Temos que trabalhar em formas que assegurem mais influência nas instituições democráticas. Precisamos de tornar o Estado e os seus serviços mais próximos dos cidadãos e das suas reais preocupações e o Parlamento Nacional tem que ser um bom exemplo desta nova visão.

Senhoras e Senhores Deputados,

Para a concretização do fortalecimento institucional que assegura a implementação destas reformas, o Parlamento Nacional iniciou também uma política inovadora que garante um diálogo estreito, permanente e aberto com os parceiros de desenvolvimento. Trata-se do novo mecanismo de coordenação da ajuda denominado *Hari´i Hamutuk,*

através do qual os parceiros de desenvolvimento interagem de um modo dinâmico com o Parlamento Nacional ajudando à concretização do seu Plano Estratégico e, consequentemente, da sua missão constitucional. Este programa já deu os seus primeiros passos e, aproveito esta ocasião para agradecer aos parceiros de desenvolvimento que têm aderido e ajudado o Parlamento Nacional no seu desenvolvimento. Agradeço em especial à Nações Unidas e às suas agências, com especial relevo ao PNUD parceiro de longa data, que têm ajudado muito na gestão e no apoio de um importante Programa do Parlamento Nacional de Fortalecimento Institucional. Têm dado um apoio determinante na gestão operacional do programa e na incansável e difícil dinamização de esforços para a obtenção de apoios financeiros necessários à sua implementação.

Contamos também com o forte apoio das Nações Unidas e das suas agências para ajudarem o Parlamento Nacional no apoio ao cumprimentos dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Apesar do Parlamento Nacional não ter as mesmas atribuições do Executivo, lembro que é aqui que se fazem as leis e que se poderá desenhar o quadro legislativo de apoio à implementação das políticas necessárias para o cumprimentos dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Agradeço também com muito entusiasmo à União Europeia que muito tem apoiado o Parlamento Nacional. Para além de generosamente financiar um programa destinado à gestão das finanças públicas e supervisão, que é implementado pelo Camões, agência portuguesa para o desenvolvimento, estamos muito esperançados que apoie o fortalecimento do Parlamento Nacional através da modalidade de apoio orçamental directo, o que constituiria um marco verdadeiramente notável na história da cooperação com o Parlamento. A parceria com a União Europeia é verdadeiramente estratégica, pois assegura que nesta zona do globo haja um país que realmente defende e procura promover princípios e valores semelhantes aos europeus, que como sabem, têm granjeado a Timor-Leste o primeiro lugar em vários índices globais que medem a qualidade da liberdade e democracia de entre os países do sudeste asiático.

Não posso também deixar de agradecer a longa e profícua cooperação com a Assembleia da República Portuguesa, que ajudou e ajuda, de uma forma determinante a moldar o código genético do Parlamento Nacional e também o apoio da agência brasileira de cooperação com quem o Parlamento Nacional assinou recentemente um acordo.

Destaco o papel crescente de colaboração com o Instituto Republicano Internacional, financiado pela USAID, agência de cooperação norte-americana, com quem o Parlamento tem esperança de desenvolver cada vez acções de cooperação.

Sublinho também o apoio da JICA, agência japonesa de cooperação, junto da Comissão de Infraestruturas, com a qual irá iniciar um diálogo sobre infraestruturas e por fim, destaco também a atenção que a cooperação australiana tem dado à formação das mulheres parlamentares.

À Austrália não posso deixar de deixar uma palavra de agradecimento pelo processo de negociação da fronteira marítima com Timor-Leste, que conduziu à delimitação da linha média que separa os dois países, nos termos da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar. Aguardamos com entusiasmo o processo de ratificação para que se concluam todos os procedimentos legais. Foi uma grande vitória para os dois países e para o direito internacional.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

Aproveito também para anunciar que durante esta Legislatura, o Parlamento Nacional pretende elaborar e actualizar legislação muito relevante para o funcionamento do Parlamento Nacional e do Estado. Pretendemos rever e actualizar o Regimento do Parlamento Nacional, o Estatuto dos Deputados, clarificando algumas disposições, a lei de gestão financeira que enquadra a elaboração do Orçamento Geral do Estado, a lei sobre as precedências de protocolo assim como um forte reforço das medidas de promoção da transparência e combate à corrupção.

Como podem ver, temos muito trabalho pela frente, mas estou certo que contamos com o apoio de todos vós.

Com a vossa ajuda queremos que o Parlamento Nacional seja uma instituição dinâmica, transparente, aberta à participação de todos que apoie a realização das aspirações dos cidadãos a uma nação democrática e próspera, baseada no respeito mútuo e inspirada em valores de igualdade e solidariedade.

Tornemos esta nova sessão legislativa que hoje solenemente começa num momento de renovação de compromissos políticos e de sobretudo garantia de avanços sociais para o Povo Timorense.

Muito obrigado!